



PARECER PRÉVIO Nº 25/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10969/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucurituba.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Pedro Amorim Rocha, Prefeito Municipal de Urucurituba, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5557/2016-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas (fls.2073/2082).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas anuais do **Sr. Pedro Amorim Rocha**, na qualidade de Prefeito do Município de Urucurituba, referente ao exercício 2014, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 (Notificação nº 01/2015-DICREA); 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 (Notificação nº 01/2015-DICAMI) e 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 3.1, 3.2, 3.3, 4.1, 4.2, 5.1, 5.2, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 8.1, 8.2, 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 (Notificação nº 001/2015-DICOP);

- 9.2. **Nos termos do Voto Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro**



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 25/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

e Silva, recomenda-se ainda à Câmara Municipal de Urucurituba que: no julgamento a que se refere o §5º, do artigo 127, da Constituição Estadual, considere o responsável, **Sr. Pedro Amorim Rocha**, em alcance no valor de **R\$ 22.891.733,86** (vinte e dois milhões oitocentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e seis centavos), nos termos do item 4, determinando a imediata devolução aos cofres municipais.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 25/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10969/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucurituba.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Pedro Amorim Rocha, Prefeito Municipal de Urucurituba, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5557/2016-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas (fls.2073/2082).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício de 2014.

Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa.
Conhecimento. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Considerar Revel** o **Sr. Pedro Amorim Rocha**, na qualidade de Prefeito do Município de Urucurituba, referente ao exercício de 2014, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 2.423/96;
- 9.2. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Pedro Amorim Rocha**, na qualidade de Prefeito do Município de Urucurituba, referente ao exercício 2014, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 (Notificação nº 01/2015-DICREA); 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 (Notificação nº 01/2015-DICAMI) e 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 3.1, 3.2, 3.3, 4.1, 4.2, 5.1, 5.2, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 8.1, 8.2, 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 (Notificação nº 001/2015-DICOP);



ACÓRDÃO Nº 25/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.3. Considerar em Alcance o Sr. Pedro Amorim Rocha, na qualidade de Prefeito do Município de Urucurituba, referente ao exercício 2014, no valor total de **R\$ 22.891.733,86 (vinte e dois milhões oitocentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e seis centavos)**, devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Urucurituba. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96). Em decorrência das seguintes irregularidades:

9.3.1. O montante de R\$ 4.629.889,30 (quatro milhões seiscentos e vinte e nove mil oitocentos e oitenta e nove reais e trinta centavos) referente às contínuas transferências da Conta Corrente 19894-3 dos recursos do FUNDEB durante o exercício de 2014 (restrição nº 13 da Notificação nº 01/2015-DICREA), e **R\$ 973.931,31 (novecentos e setenta e três mil novecentos e trinta e um reais e trinta e um centavos)** referente aos encargos previdenciários devidos ao INSS (restrição nº 16 da Notificação nº 01/2015-DICREA), nos termos da segunda parte do inciso I e III do art. 304-TCE/AM;

9.3.2. O montante de R\$ 12.768.254,68 (doze milhões, setecentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), referente às restrições nº 15, 16, 22, 23, 28, 29, 30, 34, 35 e 36 apontadas pela DICAMI (Notificação nº 01/2015-DICAMI e Relatório Conclusivo nº 128/2015) nos termos da segunda parte do inciso I e III do art. 304-TCE/AM;

9.3.3. O montante de R\$ 4.519.658,57 (quatro milhões, quinhentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), referente aos serviços de engenharia não identificados pela DICOP (Notificação nº 001/2015-DICOP e Relatório Conclusivo nº 158/2015-DICOP), nos termos da segunda parte do inciso I e III do art. 304-TCE/AM nos termos da segunda parte do inciso I e III do art. 304-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº 25/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 9.4. Aplicar Multa ao Sr. Pedro Amorim Rocha**, na qualidade de Prefeito do Município de Urucurituba, referente ao exercício 2014, prevista no inciso VI do art. 308 do R/TCE-AM, no valor de **R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, em razão de graves infrações a normas legais (irregularidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 (Notificação nº 01/2015-DICREA); 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 (Notificação nº 01/2015-DICAMI) e 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 3.1, 3.2, 3.3, 4.1, 4.2, 5.1, 5.2, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 8.1, 8.2, 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 (Notificação nº 001/2015-DICOP). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (R/TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei nº 2.423/96);
- 9.5. Conhecer** a inabilitação, por 05 anos do **Sr. Pedro Amorim Rocha**, para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança, em virtude da existência de graves infrações por ele praticadas, nos termos do art. 54 da Lei Orgânica-TCE/AM;
- 9.6. Encaminhar** os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 9.7. Encaminhar** cópia da documentação pertinente às irregularidades do Relatório Conclusivo nº 15/2015-DICREA fls.1852/1865, Relatório Conclusivo nº 128/2015-DICAMI fls. 1870/1911, Relatório Conclusivo nº 158/2015-DICOP, fls. 2002/2062, e a Proposta de voto ao Ministério Público do Estado para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea “b” do inciso III do art. 190 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM);
- 9.8. Encaminhar** cópia da documentação pertinente à restrição nº 33 (retenções indevidas de valores consignados) do Relatório Conclusivo nº 128/2015-DICAMI fls. 1870/1911 ao Ministério Público Federal para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis;



ACÓRDÃO Nº 25/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 9.9. Encaminhar** cópia da documentação pertinente aos convênios estaduais objeto de vistoria técnica feita pela DICOP, Relatório Conclusivo nº 158/2015-DICOP, fls. 2002/2062, ao DEATV para o ajuizamento das ações que entenderam cabíveis, caso, ainda nenhuma providência tenha sido tomada;
- 9.10. Determinar** à Prefeitura Municipal de Urucurituba, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- 9.10.1.** Não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;
 - 9.10.2.** Encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei nº 2423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
 - 9.10.3.** Dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei nº 10.028/2000), quanto aos RGF;
 - 9.10.4.** Nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da Lei nº 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da Lei nº 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei nº 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei nº 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei nº 8666/93), entre outras;
 - 9.10.5.** Em caso de emergência que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93;



ACÓRDÃO Nº 25/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 9.10.6.** Realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.666/93;
- 9.10.7.** Utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei nº 8.666/93;
- 9.10.8.** Adote as medidas necessárias para a realização de Concurso Público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
- 9.10.9.** Atenda ao estabelecido no art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que prevê criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- 9.10.10.** Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei nº 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- 9.10.11.** Cumpra com rigor a Lei nº 8.666/93 em especial: a) Formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo: d1) Número do processo e modalidade de licitação; d2) Elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d3) Nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d4) Campo específico do valor unitário e quantidade; d5) Número do empenho sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhados das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor e etc.;
- 9.10.12.** Atenda com rigor os artigos 14; 16, 20 e 26 da Lei nº 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo



ACÓRDÃO Nº 25/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 25/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

diploma legal;

9.10.13. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;

9.10.14. Reforce para a Prefeitura Municipal de Urucurituba a existência e importância da Resolução nº 27/2012 TCE-AM que dispõe sobre os procedimentos de Controle Interno relativos à obras e serviços de engenharia a serem adotados pela Administração Direta e Indireta Estadual, do município de Manaus e dos municípios do interior do Estado, resolução que também esclarece critérios mínimos de Projeto Básico;

9.10.15. Mantenha recursos financeiros ao final do exercício em instituição financeira oficial de forma a salvaguardar os recursos públicos;

9.10.16. Adote as medidas cabíveis no que se refere ao retorno ao limite de gastos com pessoal, como explana o art. 23 da LC 101/00 c/c art. 169, §§ 3º e 4º, da CF/88.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora Geral, em substituição